

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 17 | Número 1 | Janeiro – Junho 2023

ISSN 1981-5875

ISSN (online) 2316-9699

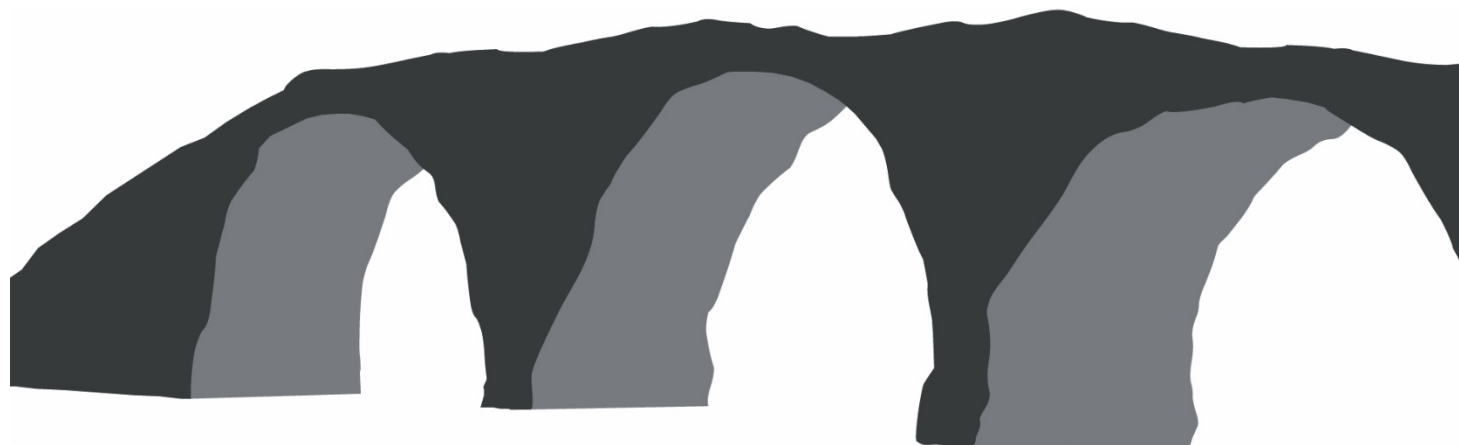
**ESCAVANDO MEGALÓPOLES. O CONTEMPORÂNEO URBANO NA CIDADE  
DO RIO DE JANEIRO (OU UMA ARQUEOLOGIA DOS CORTES)**

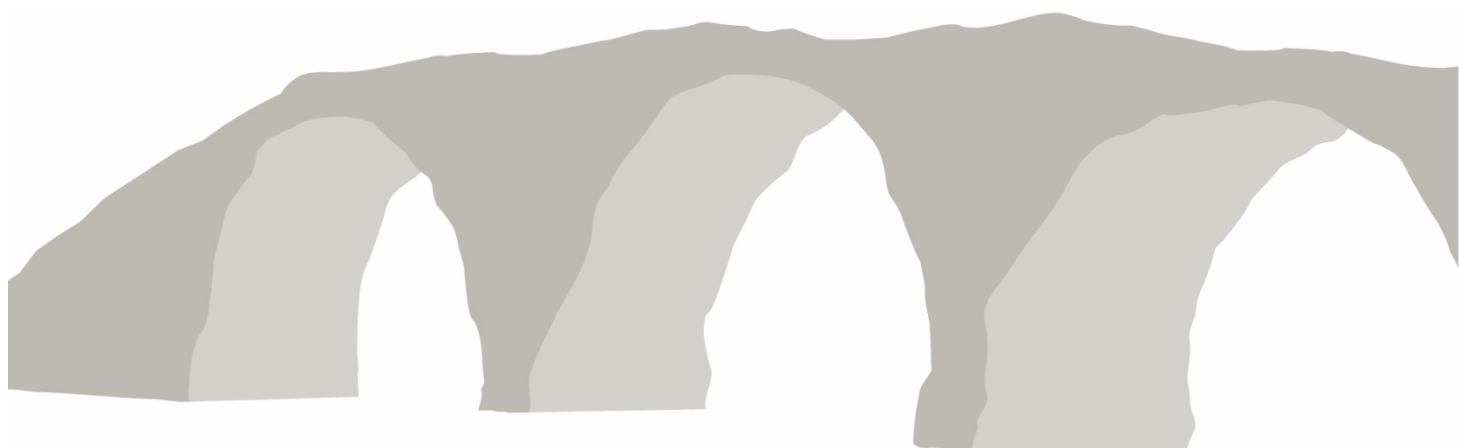
**EXCAVANDO MEGALÓPOLIS. EL URBANO CONTEMPORÁNEO EN LA  
CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO (O UNA ARQUEOLOGÍA DE LOS CORTES)**

**EXCAVING MEGALOPOLES. THE URBAN CONTEMPORARY IN THE CITY  
OF RIO DE JANEIRO (OR AN ARCHEOLOGY OF CUTS)**

Ricardo Frigoli

Anderson Marques Garcia





*Submetido em 18/02/2022.*

*Revisado em: 16/08/2022.*

*Aceito em: 20/08/2022.*

*Publicado em 23/01/2023.*

# ESCAVANDO MEGALÓPOLES. O CONTEMPORÂNEO URBANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (OU UMA ARQUEOLOGIA DOS CORTES)

## EXCAVANDO MEGALÓPOLIS. EL URBANO CONTEMPORÁNEO EN LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO (O UNA ARQUEOLOGÍA DE LOS CORTES)

## EXCAVING MEGALOPOLES. THE URBAN CONTEMPORARY IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO (OR AN ARCHEOLOGY OF CUTS)

Ricardo Frigoli<sup>1</sup>

Anderson Marques Garcia<sup>2</sup>

---

### RESUMO

Nesse texto é discutida a necessidade metodológica de se considerar e documentar “interferências contemporâneas”, como redes e dutos de infraestruturas que levam água, gás, energia elétrica e internet aos prédios que estão atualmente em uso nas cidades. Essas instalações frequentemente estão articuladas, por meio da estratigrafia, com remanescentes estruturais em sítios arqueológicos, sobretudo em sítios urbanos. Aqui trata-se principalmente dos “cortes”, unidades estratigráficas não materiais que estão relacionadas diretamente com as ações de construir e destruir, mas que também alteram o estado dos sítios arqueológicos. Por fim, é apontado que uma densa documentação desses elementos pode servir ainda como instrumento auxiliar na gestão e preservação do patrimônio arqueológico.

**Palavras-chave:** Metodologia Arqueológica, Arqueologia Urbana, Arqueologia da Arquitetura, Arqueologia Estratigráfica, Arqueologia Preventiva.

---

<sup>1</sup> Arqueólogo e agente de turismo independente. Diploma de Estudos Avançados (mestre) em Pré-história pela Universidad de Salamanca. E-mail: [ricardofrigoli@gmail.com](mailto:ricardofrigoli@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8207-7401>

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [andersonmarquesgarcia@gmail.com](mailto:andersonmarquesgarcia@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5414-8084>.

## RESUMEN

Este texto discute la necesidad metodológica de considerar y documentar las “interferencias contemporáneas”, como las redes de infraestructura y las tuberías que llevan agua, gas, electricidad e internet a los edificios que actualmente están en uso en las ciudades. Usualmente, estas instalaciones se articulan, a través de la estratigrafía, con remanentes estructurales en sitios arqueológicos, especialmente en sitios urbanos. Aquí se trata principalmente de los “cortes”, unidades estratigráficas no materiales que están directamente relacionadas con las acciones de construir y destruir, pero que también modifican el estado de los sitios arqueológicos. Finalmente, se señala que una densa documentación de estos elementos puede servir también como instrumento auxiliar en la gestión y conservación del patrimonio arqueológico.

**Palabras clave:** Metodología Arqueológica, Arqueología Urbana, Arqueología de la Arquitectura, Arqueología Estratigráfica, Arqueología Preventiva.

## ABSTRACT

This text discusses the methodological need to consider and document “contemporary interferences”, such as infrastructure networks and pipelines that bring water, gas, electricity and internet to buildings that are currently in use in cities. Usually, these installations are articulated, through stratigraphy, with structural remnants in archaeological sites, especially in urban sites. This paper talks mainly about the “cuts”, non-material stratigraphic units that are directly related to the actions of build and destroy, but that also change the state of archaeological sites. Finally, it is pointed out that dense documentation of these elements can also serve as an auxiliary instrument in the management and preservation of archaeological heritage.

**Keywords:** Archaeological Methodology, Urban Archaeology, Archaeology of Architecture, Stratigraphic Archaeology, Rescue Archaeology.

## ESCAVAR UMA SELVA DE CONCRETO

Nessa oportunidade, busca-se uma aproximação sobre como, quando e por quê lidar com o contemporâneo em funcionamento nas pesquisas arqueológicas de áreas urbanas, partindo de situações experimentadas no centro da cidade de Rio de Janeiro identificadas ao longo de trabalhos de Arqueologia preventiva prévios à implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Tem-se como objetivos nessa proposta expor alguns pontos e elucidar questões básicas relativas à presença de elementos recentes em sítios urbanos, bem como proposições metodológicas à inclusão delas na documentação arqueológica de cidades em funcionamento.

Por muito tempo, o recente foi ignorado ou excluído do discurso arqueológico por influência da definição etimológica de Arqueologia enquanto estudo do passado. Todavia essa perspectiva vem mudando ao longo dos últimos anos com o crescimento de pesquisas dedicadas a temas como o passado recente, complexos industriais, centros de repressão e espaços religiosos (Sanchiz, 2017; Pereira, 2018; Agostini, 2019; Funari & Zarankin, 2021).

De modo similar, diferentes outras produções vêm discutindo a mais tempo também a importância da consideração de amplas temporalidades em Arqueologia (Gould & Schiffer, 1981; Buchli & Lucas, 2001; Graves-Brown *et al.*, 2013; González-Rubial, 2018).

## ARQUEOLOGIA URBANA E OS CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS

Nessa oportunidade, pretende-se contribuir discutindo elementos muitas vezes denominados como "interferências contemporâneas". Apesar de não serem exclusivos da Arqueologia urbana, é em cidades que esses elementos mais frequentemente surgem relacionados com os contextos de pesquisas.

De acordo com Gil (2018), pode-se entender como Arqueologia urbana uma Arqueologia da, na e para a cidade contemporânea, e cidade contemporânea como uma espécie de organismo vivo, que evolui, que muda, e onde as partes se conectam. Schavelzon (2020) fala que se faz Arqueologia urbana para explicar uma cidade em funcionamento sem que seja necessário paralisar a mesma, sendo extraídas, ainda assim, informações substanciais para o estudo da realidade envolvida na pesquisa em desenvolvimento. Cidade contemporânea não significa cidade sem passado, mas sim cidade atualmente viva, com um presente vivo sobre um passado intrinsecamente conectado ao presente. Assim, todas cidades podem ser entendidas como cidades históricas, e todas são passíveis de serem objetos de estudo arqueológico (Martins & Ribeiro, 2010).

Desse raciocínio emerge o pensamento de que não há Arqueologia na cidade contemporânea sem ser Arqueologia da cidade contemporânea. Nessa perspectiva essas frases possuem o mesmo sentido. Além disso, o ideal é que a Arqueologia seja também para a cidade, ou seja, sua população e as gerações futuras.

Como estratégia operacional – de olhar, escavar e documentar – em uma cidade contemporânea, parte-se aqui da compreensão dela como um conjunto, começando do mais antigo e chegando ao mais recente, o contemporâneo. Na fase de coleta de dados (escavação e prospecção) entende-se como temerário escavar com foco em um determinado contexto cronológico ou funcional, e tratar os demais, sobretudo os contemporâneos, como interferências, coisas que atrapalham no correto registro do antigo (Carandini, 1997;

Weissel, 2014). Sobre isso Schavelzon (2020) fala que quando o moderno é encarado como um obstáculo é sinal de que não se está diante de uma Arqueologia urbana de fato.

#### ATIVIDADES, INSTALAÇÕES E INTERVENÇÕES NO REGISTRO ESTRATIGRÁFICO

Mas afinal, o que são as atividades contemporâneas em sítios arqueológicos urbanos? Aqui são vistas aquelas atividades posteriores à deposição, ou formação, da evidência arqueológica do passado mais profundo existente em um sítio, que de alguma forma, impactam aquele referido contexto. Por serem posteriores às evidências arqueológicas do passado mais profundo, elas costumam ser atividades que causaram algum "impacto" naquelas evidências arqueológicas geralmente tomadas como de maior prestígio, sendo definidas muitas vezes como interferências. Isso ocorre pois, sob um certo ponto de vista, elas de fato interferem na continuidade, definição, e registro arqueológico dos primeiros contextos.

Contudo, essa é uma visão monumentalista da Arqueologia urbana, uma perspectiva que favorece o aspecto monumental em detrimento de aspectos orgânicos, processuais e ativos de uma cidade, que seleciona apenas a evidência do passado mais profundo da cidade, entendendo o depois deste passado como sem importância, desnecessário ou intruso, como também criticam Carandini (1997) e Schavelzon (2020).

Por divergir dessa visão monumentalista, advoga-se pela importância de documentar todas as atividades reconhecidas em campo no registro arqueológico, e salienta-se que elas – como todas as atividades arqueológicas registradas – podem ser de três tipos: abertura de cortes; alocação de um ou mais elementos; e deposições de preenchimentos ou superfícies. Por exemplo, cortes de valas para instalação de infraestruturas hidráulicas e elétricas; aberturas de buracos para a instalação de postes de iluminação pública; deposições de aterros e terraplanagens; pavimentações com concreto e asfalto; e construções de paredes e pilastras. Todas elas são típicas evidências de uma cidade contemporânea em funcionamento e podem estar diretamente relacionadas ao estado de preservação de um bem arqueológico.

Quando as atividades contemporâneas se articulam estratigraficamente com bens protegidos por lei, é importante que elas entrem também no registro das documentações de campo, assim como todos os elementos identificados (Tabelas 1, 2 e 3). Na Arqueologia estratigráfica – trabalhada por autores como Harris (1991) e Carandini (1997) – tudo pode ser compreendido como Unidade Estratigráfica (UE), sendo definidas, numeradas, e explicadas tais como quaisquer elementos ligados a um passado remoto. Isso é interessante, pois a articulação delas com o patrimônio arqueológico “deforma” o passado, fazendo-se necessária a inclusão das mesmas para que se obtenha um entendimento amplo dos contextos sob análises.

Por um olhar da Arqueologia da Arquitetura, estruturas podem ser entendidas como pequenas unidades que abrigam as atividades humanas e suas consequências, como casas, tumbas, silos, complexos industriais e assentamentos domésticos (Borrazás *et al.*, 2002). Trazendo para esse entendimento também uma perspectiva da Arqueologia estratigráfica, o termo estrutura pode ser utilizado para definir os conjuntos de UEs que foram articuladas de forma intencional com a finalidade de materializar um projeto, incluindo as categorias citadas acima, mas também outras, como por exemplo fogões e caminhos.

A Arqueologia estratigráfica, tal como proposta por Harris (1991) e ampliada por Carandini (1997) e Roskams (2001), foi inicialmente pensada para contextos urbanos, mas tem sido mais recentemente também aplicada em diferentes realidades, inclusive em sítios pré-coloniais sul-americanos (Gataldi, 2012; Gianotti, 2016).

<i>Unidades Estratigráficas</i>	<i>Tipos</i>	<i>Estruturas</i>	<i>Descrições sumárias</i>
[01]	Camada	Caminho	Asfalto da via
[02]	Camada	Caminho	Concreto recente geral
[03]	Bonde	Bonde	Trilhos do bonde
[04]	Bonde	Bonde	Dormentes do bonde
[05]	Bonde	Bonde	Concreto base do trilho
[06] [142]	Camada	Geral	Arenoso cinza marrom, abaixo de [05]
[07]	Camada	Geral	Arenoso com pó de brita, abaixo de [02]
[08]	Remanescentes Arquitetônicos	Casa 2 e 4	Alicerce (N/S) com argamassa vermelha em frente ao atual prédio 43
[09]	Remanescentes Arquitetônicos	Casa 6 e 8	Alicerce (N/S) com argamassa amarela a Oeste de [08]
[10]	Remanescentes Arquitetônicos	Casa 2 e 4	Alicerce (L/O) com argamassa vermelha em, aproximadamente, 90° com [08]
[11]	Remanescentes Arquitetônicos	Casa 16	Alicerce (N/S) com argamassa amarela (alicerce da casa 16), em frente ao atual prédio 43 B
[12]	Corte	Geral	Corte horizontal da demolição de edifício no princípio do século XX. Obras de Pereira Passos
[13]	Corte	Geral	Corte Sul em [06], preenchido por [07]
[14]	Remanescentes Arquitetônicos	Casa 2 e 4	Alicerce (L/O) com argamassa vermelha a Sul de [10]
[15]	Remanescentes Arquitetônicos	Casa 2 e 4	Alicerce (L/O) com argamassa amarela a Sul de [14]
[16]	Remanescentes Arquitetônicos	Casa 6 e 8	Alicerce (L/O) com argamassa amarela a Oeste [14] e [15]

Tabela 1.

<i>Unidades Estratigráficas de Cortes</i>	<i>Descrições sumárias</i>	<i>Unidades Estratigráficas impactadas</i>	<i>Estruturas</i>
[32]	Corte no remanescente [10] para instalação de um cano de chumbo. Rede hídrica	Alicerce [10]	Casa 2 e 4
[45]	Corte nos remanescentes [16] e [39]. Causa indeterminada.	Alicerces [16] e [39]	Casa 6 e 8 Casa 10
[46]	Corte no remanescente [40]. Causa indeterminada	Alicerce [40]	Casa 12
[76]	Corte no remanescente [68] para instalação de um cano de chumbo. Rede hídrica	Alicerce [68]	Casa 48

Tabela 2.

<i>Estruturas</i>	<i>Unidades Estratigráficas de Cortes</i>
Casa sem nº	[12] – Corte horizontal. Demolição de edifício no princípio do século XX para a abertura da Av. Marechal Floriano [21] – Corte para a instalação de redes de infraestruturas protegidas pelos envelopamentos de concreto [18] e [19]
Casa 2 e 4	[12] – Corte horizontal. Demolição de edifício no princípio do século XX para a abertura da Av. Marechal Floriano [21] – Corte para a instalação de redes de infraestruturas protegidas pelos envelopamentos de concreto [18] e [19] [32] – Corte no alicerce [10] para a instalação de um cano de chumbo

Tabela 3.

As Tabelas 1, 2 e 3 mostram exemplos de inclusão das referidas atividades contemporâneas na documentação arqueológica. Nota-se que não há diferença hierárquica entre UEs, todas são graficamente definidas com colchetes e numeradas em uma única sequência numérica, uma convenção que vem sendo adotada recentemente no Brasil (Narciso, 2016; Garcia *et al.*, 2020b; Juliani & Garcia, 2020; Von Seehausen, 2021) em alusão ao preenchimento de UEs em um diagrama de matriz (Harris, 1991).

De acordo com Carandini (1997), uma ação ou unidade estratigráfica só pode ser interpretada quando ela está relacionada às outras, compondo um contexto. Além do reconhecimento das ações documentadas em campo como UEs, é fundamental ainda a aplicação do sistema de relações, tornando inteligível as sequências estratigráficas. Como sistema de relações pode-se pensar em uma casa, onde um pavimento é colocado sobre um contrapiso preexistente; encostado nas paredes que delimitam um cômodo; e, eventualmente, esse pavimento e paredes podem ser ainda cortados para possibilitar a manutenção de uma tubulação.

O autor continua argumentando que a natureza e as pessoas, além que depositarem e acumularem estratos, também produzem ações negativas, como erosões, solifluxões, desmoronamentos e destruições, sendo estas tão importantes quanto as positivas, embora suas identificações não sejam tão fáceis de se fazer. Uma observação importante é que UEs negativas (como os cortes) podem destruir ou cortar além das UEs positivas também outras UEs negativas (anteriores). Um corte contemporâneo pode cortar tanto uma estrutura antiga como também contemporânea, assim como um outro corte contemporâneo, mas anterior a ele (Figura 1).

A Arqueologia de contextos urbanos em funcionamento, apesar apresentar diferenças estratégicas quanto a sua execução, é Arqueologia em todos os efeitos e não foge, ou não deveria fugir, da metodologia estratigráfica comum a qualquer escavação arqueológica e em qualquer contexto geográfico. Harris (1991) argumenta que todos os sítios são estratificados, mesmo aqueles que se apresentam como ocupações sobre depósitos naturais, e por haver sobreposições estão sujeitos às leis da estratigrafia arqueológica.





Figura 1. Na esquerda, observa-se uma porção do sítio Santa Rita onde se destaca as UEs [39a] e [39b] constituintes do alicerce de uma antiga edificação que foi impactada pelo corte [21], executado para que as redes de infraestruturas envelopadas pelos alinhamentos de concreto [18] e [19] pudessem ser instaladas. Na direita, observa-se parte da sessão estratigráfica Oeste de uma trincheira aberta na Rua da Constituição. Nela a linha amarela destaca o limite Sul do corte [56] executado naquele espaço para a alocação das manilhas [55]. Em azul observa-se os limites do preenchimento [133] do corte [121], evidências de uma segunda intervenção. (Fonte: Artefato Arqueologia e Patrimônio).

O autor toma emprestado da Geologia, e dimensiona à realidade arqueológica, os princípios da Superposição, Horizontalidade original e Continuidade lateral, e os completa com a Lei da Sucessão estratigráfica. Sua proposição vem da observação de que a maioria dos sítios possuem sequências estratigráficas multilineares, como resultado da extensão limitada dos estratos arqueológicos, mas também a presença de elementos verticais e interfaciais, como valas, covas, paredes e colunas. Como eles criam novos espaços deposicionais, dentro dos quais sequências separadas das anteriores se acumulam posteriormente, Harris (1991) concluiu que as características da estratificação arqueológica se opunham à direta correlação entre a ordem da estratificação e a da sequência estratigráfica.

Foi devido a essa peculiaridade que ele estabeleceu a Lei da Sucessão estratigráfica, que tem por conceito que uma UE ocupa seu lugar exato na sequência estratigráfica, entre a mais baixa ou mais antiga das que a cobrem e a mais alta ou mais recente de todas unidades que ela cobre, tendo contato físico com ambas. Somando sua lei aos três princípios adotados foi que ele desenvolveu um método matricial, permitindo a adição do elemento tempo por meio de cronologias relativas nas suas representações estratigráficas.

Fica evidente então que os sítios urbanos são absolutamente suscetíveis a essas leis, pois também são compostos por elementos estratificados. Nessa abordagem, a leitura estratigráfica precisa abranger tudo, desde o fundo (nível estéril natural) até o topo (elementos recentes), incluindo as ações antrópicas e as alterações naturais que aconteceram na área da pesquisa, como as que Schiffer (1975) denominou como processos pós-deposicionais de transformações C e transformações N.

Por mais que ainda não seja comum abordar a documentação das atividades contemporâneas, em Arqueologia urbana esse tipo de evidência tem grande representatividade, correspondendo a maioria das alterações pós-deposicionais identificadas naqueles elementos do passado mais profundo da cidade.

### NA PRÁTICA: ESCAVANDO MEGALÓPOLES

Partindo do princípio que todos sítios são estratificados e que cortes contemporâneos em estruturas ou camadas mais antigas, independentes da causa, criam bacias ou superfícies de deposição, então também é preciso pensar os cortes como partes dos contextos arqueológicos. A presença de evidências arqueológicas no subsolo, seguida por sua retirada, documentação e análise através de escavação estratigráfica, são aspectos operacionais extremamente importantes que levam à contextualização dessas evidências durante a realização de intervenções em contextos urbanos que estejam ativos. Assim, aquilo que é entendido como evidência arqueológica depende apenas das metodologias de descoberta e de documentação, e não do momento histórico associado à sua deposição ou construção.

Em comunhão com Buchli & Lucas (2001), ao discutirem que quando há foco nos métodos e dados arqueológicos torna-se irrelevante o quão recente é o problema de pesquisa, nessa proposta segue-se o mesmo raciocínio, uma vez que a Arqueologia trabalha fundamentalmente com cultura material. Aqui, não se pretende de forma alguma limitar a pesquisa arqueológica à materialidade da evidência ou ao uso da escavação estratigráfica, porém quando se trata de pesquisas em contextos urbanos em funcionamento, é importante pensar as interconexões entre os elementos contemporâneos e o patrimônio arqueológico.

Como exposto anteriormente, nem tudo é palpável em Arqueologia, e os cortes são bons exemplos dessas evidências não materiais. Também, ao se fazer Arqueologia em campo, nem tudo é escavação, podem existir estruturas antigas em superfície, contemporâneas e até anteriores às estruturas reveladas por escavações, que necessariamente terão que fazer parte do discurso arqueológico quando se deseja descrever uma realidade.

Nessa perspectiva, o registro arqueológico de campo é composto por todas as evidências escavadas e documentadas. Só após a escavação, durante a fase das interpretações, é que os dados de campo serão agrupados eventualmente em conjuntos diferenciados e específicos, como épocas cronológicas, fases construtivas, evidências materiais, evidências não materiais e elementos contemporâneos. Esses elementos contemporâneos, como qualquer tipo de evidência arqueológica, podem ser divididos em duas grandes categorias: Unidades estratigráficas e materiais arqueológicos móveis.

Aqui adotamos a terminologia “Unidade Estratigráfica” tal como proposta por Harris (1991), mas dentro dela incluímos elementos naturais que também podem ser identificados em estratificações, ponto sensível da proposta original que foi apontado por diferentes autores (Farrand, 1984; Carandini, 1997; Roskams, 2001; Angelucci, 2003; Bicho, 2006; Villagrán, 2013). Posteriormente, ao menos em parte, tais críticas foram levadas em consideração inclusive pelo próprio autor (Harris, 2017).

Por isso, como exposto anteriormente, nesse momento entendem-se as UEs como tudo o reconhecível, documentado e numerado em campo, podendo ser positivas e negativas. As positivas podem ser então culturais – como paredes, derrubes, superfícies, tubulações e preenchimentos – e naturais, como homogeneização de unidades, pedogênese e sedimentações por deposições eólicas e fluviais. Do mesmo modo, as negativas também poderão ser culturais – como desgastes, demolições, covas, valas e escavações para nivelamento de terrenos – e naturais, como lixiviação e desabamentos (Schiffer, 1975; Angelucci, 2003). Todavia, em contextos urbanos de cidades em uso, principalmente em se tratando de elementos contemporâneos, são raras as percepções de UEs naturais, sejam positivas ou negativas.

Já os materiais arqueológicos móveis dizem respeito a artefatos, como fragmentos de louças, garrafas, moedas, cachimbos e miçangas, mas também fragmentos ósseos isolados. Outros elementos ainda aqui

compreendidos são aqueles recentes de diferentes matérias-primas, incluindo os plásticos. Contudo, cabe salientar que remanescentes humanos sepultados podem e devem ser numerados e fazer parte da lista de UEs, sendo eles também exemplos positivos constituintes de estruturas funerárias, assim como as UEs negativas de covas e positivas de preenchimentos, dentre outras possibilidades específicas conforme cada contexto (Gianotti, 2016).

Em alguns casos, também objetos móveis ou conjuntos de objetos podem ser numerados e serem entendidos como UEs, como nos casos em que são reconhecidas ações intencionais de deposição de um ou mais objetos. Nesse sentido, pode-se pensar contextos de deposições ou assentamentos ritualísticos, mas também redes de telecomunicações e dutos hidráulicos. Em ambas situações se tem UEs que materializam um projeto, constituindo também estruturas.

Nesses casos, algo que merece uma destacada atenção é o reconhecimento e o registro das UEs negativas culturais, ou seja, os cortes, aquilo que foi retirado. O reconhecimento desses elementos é muito importante, pois funcionam como base para determinar o estado de conservação do patrimônio arqueológico no momento da escavação. Um dos aspectos mais importantes no registro das atividades contemporâneas em sítios arqueológicos é a documentação do que ainda resta no subsolo bem preservado e do que falta (e quando possível a explicação das ausências). Essas documentações podem ser compreendidas também como avaliações sobre o estado de conservação dos sítios arqueológicos.

Esse tipo de registros é essencial em contextos de pesquisas de cidades em funcionamento, pois as cidades contemporâneas possuem sequências de atividades construtivas e destrutivas que chegam até os dias atuais. Tal abordagem torna-se ainda mais importante para locais onde intervenções contemporâneas foram executadas sem acompanhamento arqueológico, acarretando em ausência de documentação arqueológica prévia à pesquisa.

Essa estratégia – de identificar, delimitar, georreferenciar e interpretar as atividades contemporâneas em sítios arqueológicos – pode ser encarada como uma função patrimonial, partindo do princípio de que gera uma sólida documentação de apoio aos órgãos gestores de patrimônio arqueológico, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no Brasil. Prezar pelo adequado registro de redes de infraestruturas ativas, em contextos arqueologicamente sensíveis, deveria ser uma prática corriqueira dentro da ideia de se fazer Arqueologia para as cidades. Pensa-se assim pois elas estão diretamente ligadas à preservação, ou não, do patrimônio arqueológico herdado pelas próximas gerações depois que os bens são aterrados ao término das obras licenciadas.

Destaca-se ainda que a adoção de metodologias baseadas na Arqueologia estratigráfica de Harris (1991) e Carandini (1997) não tem a realização de matrizes enquanto produtos finais. Muito mais do que isso, a metodologia discutida nessa proposta parte da contribuição desses pesquisadores para organizar cronologicamente todos eventos identificados nas estratificações e, a partir do sistema de relações, construir interpretações sobre os contextos estudados.

É uma boa documentação da estratificação, articulando todos os elementos verticais e horizontais, que sustenta cientificamente uma interpretação consistente das sucessões de eventos. Isso possibilita que histórias de uso e construção dos espaços sejam contadas de modo integrado, sem juízo de valor em relação aos diferentes momentos históricos marcados nas unidades estratigráficas. A aplicação de métodos como os abordados tem servido como bases sólidas para discutir agentes e agências em diferentes cenários (Garcia *et al.*, 2020a; Garcia *et al.*, 2020b).

É importante frisar que até mesmo escavações arqueológicas podem ser vistas como “intervenções contemporâneas”. Partindo das mesmas situações experimentadas no centro do Rio de Janeiro, observa-se que cortes são efetuados atingindo camadas, materiais construtivos são depositados como aterro, e objetos eventualmente são esquecidos ou deixados, como por exemplo alguns copos plásticos utilizados para beber água e a manta geotêxtil “bidim”, utilizada para a sinalização das estruturas arqueológicas quando essas ficam mantidas abaixo das instalações.

Além desses, objetos bastante específicos podem ser assim enquadrados, como uma placa de cimento que foi construída sobre uma das sepulturas do altar-mor da igreja de São Joaquim<sup>3</sup> que não foi escavada. Esse objeto foi deixado propositalmente com o objetivo de alertar futuros escavadores da área, sejam arqueólogos ou não, de que ali há uma sepultura (Figura 2).

### ALGUNS EXEMPLOS

Nesses casos, diferentes de outras intervenções contemporâneas, as executadas por profissionais experientes são realizadas a partir de procedimentos rigorosos e previamente estabelecidos, para garantir que o impacto causado possa ser compensado por uma densa documentação.



Figura 2. Na esquerda, calendário plástico de 1977 identificado em meio ao aterro [06] de planificação do arruamento, acomodado para receber camadas de concreto e asfalto que selavam a Av. Marechal Floriano. Na direita, processo identificação da existência de um sítio arqueológico nessa mesma via, medida complementar de proteção à uma das sepulturas preservadas. (Fonte: *Artefato Arqueologia e Patrimônio*).

<sup>3</sup> A Igreja de São Joaquim foi construída em 1758 e derrubada entre 1904 e 1905, em decorrência de remodelações urbanas propostas pelo então prefeito Francisco Pereira Passos (Macedo, 2005; Gerson, 2013). Possibilidades interpretativas para esse e outros contextos da igreja não serão tratadas aqui devido ao objetivo metodológico da presente proposta, mas discussões acerca de evidências sacras e subversivas nesse contexto são o tema do projeto de mestrado em curso de Renata Nunes Aves.

As Figuras 3 e 4 mostram contextos arqueológicos referentes à escavação dos remanescentes da igreja de São Joaquim, componente do sítio homônimo no centro da cidade do Rio de Janeiro. Na Figura 3, tem-se um panorama da primeira fase de escavação daquele espaço; a Figura 4 é o levantamento topográfico final dos remanescentes da referida área, com destaque para os remanescentes da fachada, do corpo principal e das sepulturas do altar-mor.

Nota-se que, devido às logísticas de uso dessa via urbana, a calçada norte da Av. Marechal Floriano em pedra portuguesa não pôde ser escavada em área ampla, porém foram abertas sondagens para definir a continuação dos remanescentes identificados na área de escavação e também para definir a existência dos alicerces “espelhados” aos alicerces encontrados na área de escavação. Ação compatível com o que vem sendo denominado como Arqueologia estratégica (Gaspar *et al.*, 2013).

Partindo do princípio de que a igreja foi construída de forma simétrica, esperava-se identificar indícios do alicerce da parede lateral Norte da igreja (espelhado com o alicerce da parede Sul) e o alicerce da parede Norte da nave da igreja (espelhado com o alicerce da parede Sul da referida nave). O alicerce da parede Norte da igreja foi identificado em três sondagens abertas juntas a parede do Colégio Pedro II, porém na extremidade Oeste não foi identificada mais a sua presença devido a existência de uma rede elétrica ativa a poucos centímetros abaixo da superfície da calçada, exposta com a abertura da sondagem 1B.

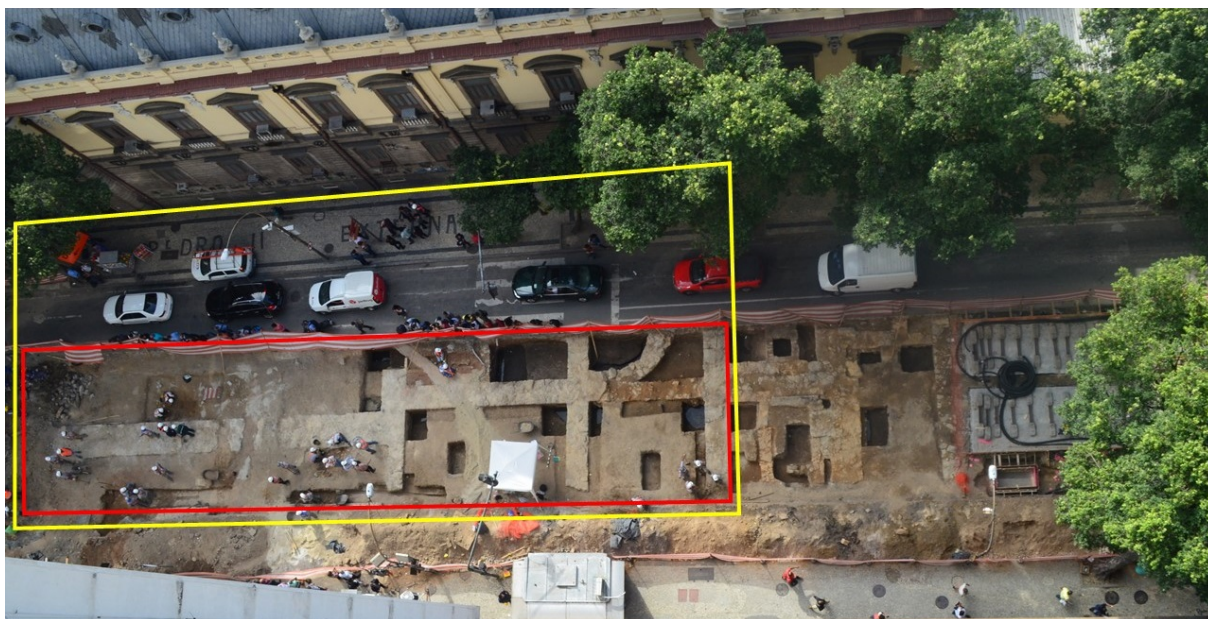


Figura 3. Fotografia aérea da área de escavação da Igreja de São Joaquim. Em vermelho, observa-se os remanescentes identificados durante a primeira fase de escavação. O quadrante amarelo delimita a área total que a igreja ocupava. (Fonte: Artefato Arqueologia e Patrimônio).

A sondagem 6B foi aberta para determinar a presença do alicerce da parede Norte da nave da igreja, espelhado ao alicerce [205] da parede Sul da nave. Para isso foi calculada a distância entre o alicerce da parede Sul da nave e o eixo longitudinal da igreja, com essa medida aferida foi aberta então uma nova sondagem com a mesma distância do eixo, mas ao Norte.

Todavia, embora todos os demais alicerces tenham sido identificados em média a 50cm abaixo do nível do asfalto que cobria a rua, nenhum sinal de alicerce foi identificado naquela oportunidade, mesmo chegando-

se a 1m. Na situação descrita não foram alcançadas evidências, mesmo em um ponto em que havia razoável segurança de ter existido uma parede devido a esperada simetria do prédio. Além do mais, não é plausível que a parede da nave principal da igreja tenha sido construída sem alicerce de sustentação.

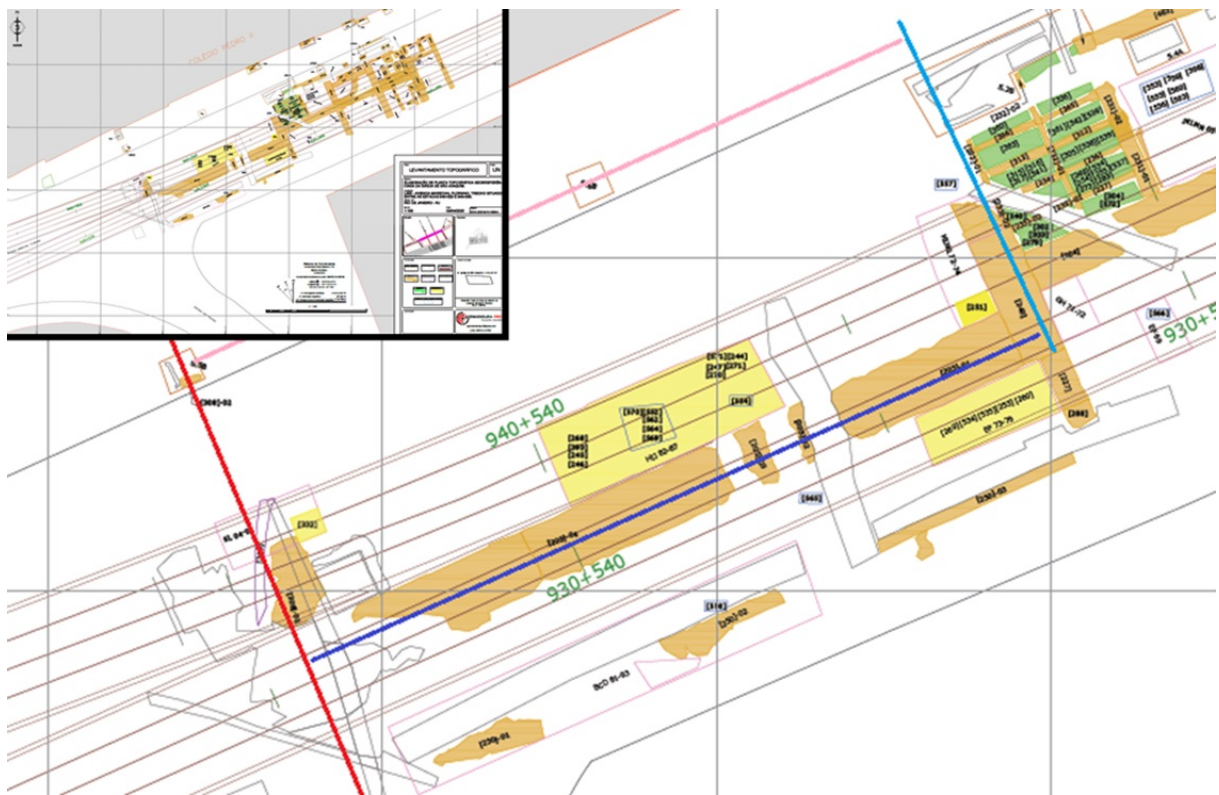


Figura 4. Levantamento topográfico dos remanescentes da igreja de São Joaquim com detalhamento da porção frontal. Notam-se a área das sepulturas do altar-mor (em cor verde), os remanescentes da fachada e o alinhamento dela (linha vermelha); os remanescentes do alicerce da parede Sul da nave da igreja e o alinhamento dela (linha azul escuro); o remanescente do alicerce do arco do altar-mor e o alinhamento dele (linha azul claro); o alinhamento (linha rosa) do alicerce da parede Norte da nave da igreja e a sondagem 6B aberta para a tentativa de encontrar o remanescente do referido alicerce. (Fonte: Artefato Arqueologia e Patrimônio).

Nos perfis da sondagem 6B não foi encontrado nenhum corte, contudo, foram vistos resíduos plásticos a uma profundidade maior que 50cm. Uma possibilidade de interpretação para essa situação seria a existência de um corte prévio maior ou mais profundo preenchido com aterro no local onde foi aberta essa sondagem. Nesse caso foi possível afirmar que não há presença de alicerce naquele ponto e sugere-se a existência de um grande corte, uma atividade negativa posterior à construção da igreja, preenchida com aterro moderno (escavado na sondagem).

Por sua vez, a sondagem 1B, aberta onde estimava-se que estaria o encontro entre a parede Norte e a da fachada da igreja teve que ser suspensa, não gerou informação arqueológica, pois nos primeiros centímetros foi identificado um conjunto de cabos elétricos. Através de uma nova tentativa, mas em um ponto mais afastado, pôde-se encontrar a posição real do alicerce da fachada com a sondagem 5B, identificado já muito impactado devido a instalação da caixa de alvenaria [314] de uso desconhecido e não mais em funcionamento.

A sondagem 1B foi um exemplo de ausência de informação arqueológica, ligada à construção da igreja, naquela situação devido à presença de uma rede elétrica ativa. Essa instalação contemporânea prejudicou o

conhecimento a respeito de uma porção da área de estudo, não sendo possível saber se embaixo da referida infraestrutura urbana existe, ou não, algum remanescente do alicerce da fachada ou da lateral Norte da igreja.

A Figura 5 mostra os remanescentes da área do altar-mor da igreja de São Joaquim, destacando-se ali a presença de instalações contemporâneas que causaram fortes impactos nessa porção sensível do sítio, com linhas vermelhas em zig-zag representando os limites dos cortes abertos para aquelas instalações. As UEs [466] e [470] são dois envelopamentos de concreto que atravessam grande parte da área de escavação com orientação Leste-Oeste.

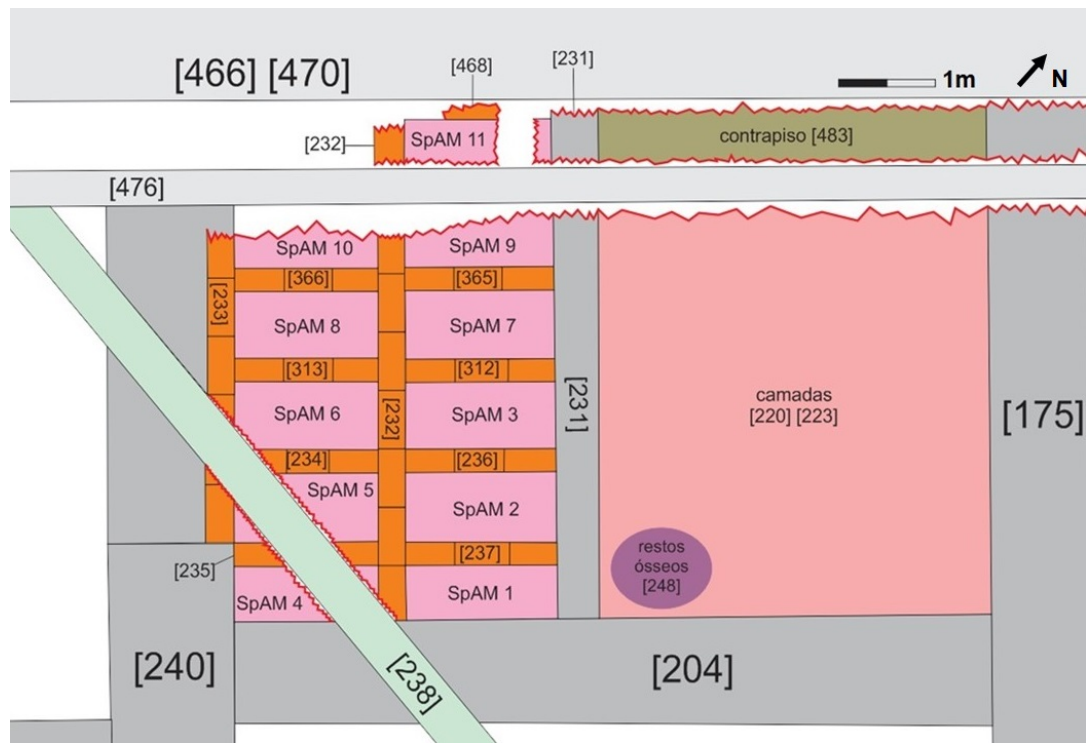


Figura 5. Detalhe do desenho vetorizado dos remanescentes da igreja de São Joaquim, área do altar-mor. Notam-se as 11 sepulturas identificadas. SpAM = Sepultura no Altar-Mor. (Fonte: Artefato Arqueologia e Patrimônio).

O corte [471] para a instalação dos referidos envelopamentos atingiu os alicerces [175] e [231], as paredes de tijolos [468] e [232] e o contrapiso [483] da igreja. A UE [476] trata-se de um envelopamento de concreto paralelo aos [466] e [470], instalado na abertura possibilitada pelo corte [335] que atingiu o contrapiso [483], os alicerces [175] e [231], as paredes de tijolos [232] e [233] e os preenchimentos das sepulturas do altar-mor 9, 10 e 11. Nota-se que o alicerce [240] não foi impactado por esse último corte porque na área em que está o envelopamento ele apresenta cota topográfica inferior.

A UE [238] trata-se de um envelopamento de concreto orientado em NO-SE. O corte [211] para a instalação do referido envelopamento atingiu as paredes de tijolos [232], [233], [234] e [235], os preenchimentos das sepulturas do altar-mor 4, 5 e 6, e o alicerce [204]. Essas instalações tiveram grande impacto nos remanescentes da igreja de São Joaquim, especialmente na área onde havia o altar-mor.

Como visto, o registro da presença das instalações e do impacto dos cortes em sítios urbanos é fundamental para uma ampla avaliação do estado de preservação do patrimônio arqueológico, além de ser um potencial instrumento para a gestão e controle da integridade patrimonial. Cabe destacar que grande parte dos impactos identificados na igreja de São Joaquim foram consequências de instalações que ainda hoje estão ativas

e que eventuais ações de manutenção nessas infraestruturas podem ampliar os danos no sítio. Como exemplo do potencial destrutivo dessas atividades tem-se a ausência da sepultura do altar-mor 12 ao Oeste da 11. Naquele contexto, sem acompanhamento arqueológico, a sepultura foi integralmente removida para a instalação das redes envelopadas com concreto (Figura 6).

Na porção Sul desse sítio, percebe-se ainda o impacto causado por ao menos três cortes contemporâneos que literalmente fatiaram o remanescente [250]. Esse alicerce é o que foi construído para sustentar a parede lateral direita (Sul) da igreja de São Joaquim, porém ao longo dos anos após a derrubada do prédio ele foi impactado pelo corte [21] da instalação dos envelopamentos [18] e [19]; pelo corte [318] da instalação do envelopamento [319] e ainda pelo corte [262]. Como não foram identificadas nesse espaço redes de infraestrutura, ou mesmo construções positivas, não foi possível determinar com exatidão a finalidade desse último corte.



Figura 6. Na esquerda, sepulturas do altar-mor 1, 2, 3, 4, 5 e 6, identificadas na primeira fase de escavação. Nota-se o envelopamento [238] e cabos de rede elétrica ativos atravessando a área. Na direita, observa-se parte da seção estratigráfica da extremidade Norte da área de escavação durante a primeira fase. Nota-se o corte [211] (linha vermelha) nas camadas [141], [216] e [89] para a instalação da rede envelopada por [238]. [221] trata-se do pacote de preenchimento do corte [211] antes da deposição do concreto de [238]. (Fonte: Artefato Arqueologia e Patrimônio).

Devido a grande quantidade de instalações contemporâneas, um dos desafios durante a escavação da igreja de São Joaquim foi encontrar, reconhecer e documentar a evidência material da posição real da fachada da igreja. Previamente, sobrepondo cartas históricas com imagens de satélite, eram sabidas as dimensões horizontais e a localização aproximada do templo. Porém, foi com a identificação do alicerce [173] de fundos que veio junto o ponto de partida material para projetar o local onde deveria estar a fachada da igreja. Contudo, essa não foi uma tarefa fácil.

Como dito, o remanescente arquitetônico [308] que possibilitou a definição do quadrante original daquela construção foi encontrado muito impactado. Nessa porção da área de pesquisa foram identificadas muitas evidências de atividades contemporâneas, que de formas diretas e indiretas dificultaram a execução da tarefa, ocultando-a e tornando estreito o espaço para a escavação.

Ali haviam redes de fibras óptica ativas, a caixa [314] e uma espessa camada de concreto depositada como base da pavimentação de asfalto da rua. Essa última não pôde ser removida com escavadeira devido a circulação de veículos e nem com martelo devido a sua espessura. Finalizando esses exemplos, com a exposição parcial do remanescente [308] percebeu-se que ele foi ainda previamente impactado pelo corte [309] para a instalação das manilhas de cerâmica [310]. Esse corte foi a ação que removeu grande parte daquele alicerce (Figura 7).





Figura 7. Na esquerda, observa-se o alicerce [250] impactado pelos três cortes contemporâneos. Na direita observa-se o alicerce [308], que remete à fachada da igreja de São Joaquim. Nota-se o corte [309] (linha amarela) para a instalação das manilhas de cerâmica [310]. (Fonte: Artefato Arqueologia e Patrimônio).

Chegando nesse ponto fica evidente que elementos como trilhos de bondes, bases de postes e dutos de gás, podem ser vistos de uma maneira muito mais ativa do que apenas como interferências. Nessa perspectiva são também evidências arqueológicas que possibilitam uma interpretação mais completa dos processos urbanos. Exemplos típicos da cidade do Rio de Janeiro são as manilhas de cerâmica, que além de estarem ligadas a diferentes projetos infraestruturais, podem ser ainda tão ou mais antigas que alguns fragmentos de faiança e de vidro coletados. Elas devem entrar no registro de artefatos ou estruturas dos sítios? Se não entram, qual é o motivo? Hierarquia entre as evidências arqueológicas?

A dinâmica transformativa de grandes cidades é tanta que pode fazer com que elas estruturalmente mudem até durante as escavações. Durante o campo, é crucial prestar atenção em tudo que acontece concomitantemente às atividades da equipe e tirar proveito das mesmas quando possível. É o caso de intervenções que ocorrem como satélites de um projeto principal, mas que também devem ser acompanhadas e estratigraficamente registradas.

Ao longo da Av. Marechal Floriano e da Rua Visconde de Inhaúma isso ocorreu sob a forma de valas e caixas escavadas para a passagem de novas fiações, as quais foram georreferenciadas para auxiliar a fiscalização de futuras intervenções. Por meio delas também outros elementos arquitetônicos associados aos remanescentes de prédios setecentistas e oitocentistas puderam ser documentados e contextualizados com o projeto principal.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arqueólogo, coordenador ou membro de equipe, não precisa ser especialista em redes elétricas ou de telecomunicações, mas é provável, em se tratando de canteiros de obras públicas, que haja no empreendimento um engenheiro, técnico em edificações ou mestre de obras que possa explicar do que se tratam os distintos elementos infraestruturais e, em alguns casos, informar se estão em uso ou inativas.

Não é uma competência arqueológica conhecer todos os tipos de fiação, tubulação ou outras instalações atuais na área da pesquisa. Porém, o registro e documentação das mesmas, é, ou deveria ser. O essencial são os cortes, preenchimentos e tipologia de materiais neles presentes, como canos de chumbo, manilhas de cerâmica e tubulações de PVC, mas quando possível é sempre bom registrar também a função desses elementos, como abastecimento de água, de gás, drenagens pluviais, esgoto e outros.

Nos casos discutidos as estratégias de campo tiveram por base o princípio de escavações por áreas abertas, já a metodologia adotada foi a de escavações estratigráficas. As instalações atuais, ativas eventualmente, podem alterar a estratégia em campo, mas não a metodologia. Precisa ser mantido por coerência aquilo que foi estabelecido. Realizar uma pesquisa arqueológica em contextos urbanos contemporâneos é comparável às partidas de xadrez, onde cada movimento gera uma reação na parte oposta do tabuleiro, sendo necessário em cada jogada seguir uma coerência fundamentada em elementos como estratégias, táticas e tempo.

É bonito escavar e descrever cortes feitos para tubulação de gás e esgoto? Definitivamente não, mas entende-se como essencial para que as interpretações sejam robustas e para uma boa compreensão de contextos como os trazidos. A sensação de escavar “selvas de concreto” não é muito empolgante, bem como assistir uma escavadeira remover metros e metros quadrados de asfalto e concreto sob o sol escaldante do verão carioca não é o que se pode chamar de confortável. Esses nem de longe estão entre os trabalhos mais emocionantes da pesquisa arqueológica em área urbana, porém muitas vezes é assim que contextos instigantes são inicialmente expostos.

Chegando ao fim, coloca-se uma definição operativa de Arqueologia urbana de Schavelzon (2020) que se adapta perfeitamente a realidade discutida aqui e que se aproxima em muito com a leitura defendida ao longo da proposta metodológica apresentada:

La arqueología urbana es la arqueología de la ciudad moderna y en funcionamiento (...) Los procesos de transformación vividos por un espacio físico resultado de la acción de una sociedad en momentos del pasado y del presente, son el objeto a comprender. Lo que hubo debajo de una casa demolida, o una la casa actual, los cables de luz, la vieja instalación de agua del aljibe y la cañería de plástico reciente, son la materia arqueológica que explica ese predio y la vida que hubo en él. (Schavelzon, 2020, p.30).

Com isso, fica evidente a importância das instalações contemporâneas para o conhecimento geral do processo de crescimento da cidade e a importância que o registro destas instalações tem na documentação arqueológica. Ressalta-se ainda que um outro ponto que pode ser acrescentado aos trazidos por Daniel Schavelzon são os cortes, por serem elementos cruciais do registro das instalações contemporâneas. O corte, entendido como negativo de uma atividade de remoção é tão diagnóstico e importante na interpretação arqueológica quanto a presença de elementos estruturais. O corte não é falta de informação, é a comprovação de uma remoção.

Por mais que ao longo dessa exposição tenha-se frisado sobre a importância dos elementos contemporâneos nos sítios urbanos, também em sintonia com este último autor, não se espera que tudo que é registrado seja encarado como patrimônio arqueológico pelas instituições de guarda e gestão do patrimônio arqueológico. Nem tudo é patrimônio, mas tudo é informação relevante, seja para a interpretação arqueológica ou mesmo como ferramenta auxiliar para garantir que seja mantido o estado de conservação dos bens patrimoniais tais como estavam quando registrados após as pesquisas e antes de serem novamente aterrados.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a empresa *Artefato Arqueologia & Patrimônio* por gentilmente disponibilizar imagens de seus acervos para que fossem utilizadas como recursos ilustrativos nessa composição de ideias.

REFERÊNCIAS

- Agostini, C. (2019). Temporalidades e saberes Inscritos em ruínas e memórias. *Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica*. 13(1). 29-50. doi: 10.31239/vtg.v1i13.14932
- Angelucci, D. (2003). A partir da terra: A contribuição da Geoarqueologia. In: Mateus, J. E. & Moreno-García, M. (Org.). *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a tutela da cultura* (p. 35-103). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Borrazás, P., Rotea, R., & Vila, X. (2002). *Arqueotectura 1: Bases teórico metodológicas para una Arqueología de la arquitectura*. Trabajos de Arqueología e Patrimonio, 25. Santiago de Compostela: Laboratorio de Patrimonio, Paleambiente e Paisaxe, Instituto de Investigacións Tecnolóxicas.
- Buchli, V., & Lucas, G. (2001). *Archaeology of contemporary past*. London and New York: Routledge.
- Carandini, A. (1997). *Historias en la tierra*. Barcelona: Crítica.
- Farrand, W. (1984). Stratigraphic classification: living within the law. *Quarterly Review of Archaeology*, 5(1). 1-5.
- Funari, P. P.; Zarankin, A. (2021). Ditadura, direitos humanos e Arqueologia. *História: Questões & Debates*. 69(2). 110-136. doi: 10.5380/his.v00i0.000000
- Garcia, A. M., Bianchini, G. F., Alves, R. N., Frigoli, R., De Lissá, D., & Gaspar, M. D. (2020a). Resistência e fé: materiais sagrados em um armazém de pessoas escravizadas no Rio de Janeiro, século XIX. *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana*, 14(2). 31-64. Retrieved from <https://plarci.org/index.php/RAHAYL/article/view/871>
- Garcia, A. M., Bianchini, G. F., Borges, D. S., Barros, H. V., Puccioni, S., & Gaspar, M. D. (2020b). Diferentes esferas de agência na Rua da Constituição, Rio de Janeiro, do século XVIII ao século XIX. *Habitus*.8(2). 207-234. doi: 10.18224/hab.v18i1.7983
- Gaspar, M. D., Klokler, D., Bianchini, G. F. (2013). Arqueologia estratégica: abordagens para o estudo da totalidade e construção de sítios monticulares. *Boletín Emílio Goeldi*. 8 (3). 517-533. doi: 10.1590/S1981-81222013000300003
- Gataldi, M. (2012). El lugar de los objetos en la teoría estratigráfica de Edward C. Harris: reflexiones desde una habitación del Valle de Ambato, Argentina. *Intersecciones en Antropología*. 13. p.89-101. Retrieved from <http://www.ridaa.unicen.edu.ar/xmlui/handle/123456789/1166>
- Gerson, B. (2013). *História das ruas do Rio*, Rio de Janeiro: Bem-te-vi.
- Gianotti, C. G. (2016). *Paisajes sociales, monumentalidad y territorio en las tierras bajas de Uruguay*. (Unpublished master's thesis). Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.
- Gil, D. (2018). De la arqueología “en” la ciudad, a la arqueología “de” la ciudad... Córdoba, como yacimiento único. In: Bernardes, J. P., Etchevarne, C., Lopes, M. C. & Costa, C. (Org.). *Arqueologia Urbana em centros históricos* (p.12-49). Algarve: Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio.
- González-Rubial, A. (2018). *The Archaeology of Contemporary Era*. London and New York: Routledge.

- Gould, R. & Schiffer, M. (1981). *Modern material culture. The Archaeology of Us*. London and New York: Academic Press, 1981.
- Graves-Brown, P., Harrison, R. & Piccini, A. (2013). *The Oxford Handbook of the Archaeology of Contemporary World*. Oxford.: Oxford University Press.
- Harris, E. (2017). Harris matrices and the stratigraphic record. In: Gilbert, A., Goldberg, P., Holliday, V., Mandel, R. & Sternberg, R. (Org.). *Encyclopedia of Geoarchaeology* (p. 403-410). London: Springer.
- Harris, E. (1991). *Princípios de estratigrafia arqueologica*, Barcelona: Crítica.
- Juliani, L. & Garcia, A. M. (2020). *Relatório final de salvamento arqueológico - Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área de implantação do empreendimento habitacional Minha Casa, Minha Vida Recanto das Flores I e II*. Processo IPHAN n.º 01500.003124/2018-14.
- Macedo, J. M. (2005). *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro. 1861-1862*. Edição revista e anotada por Gastão Penalva e prefaciada por Astrojildo Pereira, Brasília: Senado Federal.
- Martins, M. & Ribeiro, M. (2010). A arqueologia urbana e a defesa do patrimônio das cidades. *Forum*, 44/45. 149-177. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/13351>
- Narciso, P. M. S. (2016). *O trapiche de Antônio Leite: (des)continuidades de uma infraestrutura portuária dos arrabaldes do Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX*. (Unpublished master's thesis). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Pereira, R. (2018). Materiais plásticos e arqueologia: um estudo de caso a partir do sítio arqueológico do Terreiro da Gomeia (Duque de Caxias/RJ). *Revista de Arqueologia Pública*. 12(2). 3-30. doi: 10.20396/rap.v12i2.8652564
- Roskams, S. (2001). *Excavation*, York: Cambridge University Press.
- Sanchiz, J. M. C. (2017). Arqueologia da industrialização. In: Olivera, E.R. (Org.): *Memória ferroviária e cultura do trabalho. Perspectivas, métodos e perguntas interdisciplinares sobre o registro, preservação e ativação de bens ferroviários* (p.181-216). São Paulo: Alameda
- Schavelzon, D. (2020). *Manual de arqueologia urbana. Técnicas para excavar Buenos Aires*. Arqueología e historia del Bajo Belgrano. Arqueología y patrimonio en Cassa Lepage Art Hotel. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.
- Schiffer, M. (1975). Archaeology as Behavioral Science. *American Anthropologist, New Series*. 7(4) 836-848. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/674791>
- Villagrán, X. S. (2013). *Micromorfologia de sítios concheiros da América do Sul: Arqueostratigrafia e processos de formação de Sambaqui (Santa Catarina, Brasil) e Concheros (Terra do Fogo, Argentina)* (Unpublished master's thesis). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Von Seehausen, P. L. D. (2021). Um vislumbre sobre o resgate da coleção egípcia do Museu Nacional. In: Brancaglioni Jr., A., Chapot, G., Ribeiro, D. S. (Org.). *Semna – Estudos de Egíptologia VII* (p.49-63). Rio de Janeiro: Editora Klínē.
- Weissel, M. N. (2014). *Arqueología industrial radio antiguo Buenos Aires*, Buenos Aires: Casimiro Bigua.